

UNIDADE 10 – 11/10/2017

AVALIAR PARA ENSINAR

*Antonio Augusto Alves Mateus Filho**

Em 350 depois de Cristo – portanto, há exatos 1.667 anos (!) –, dizia Santo Agostinho: **“A função principal dos professores é descobrir os pontos fortes dos alunos”**. cremos que, a partir dessa afirmativa, devemos rever o significado da avaliação que fazemos em nossa sala de aula, em nossa escola.

Como em todos os atos de nossa vida, podemos atribuir-lhe um significado positivo ou negativo. Assim, se avaliamos só para marcar erros, destacá-los, criticá-los, expô-los, estamos negando o próprio ato de educar, pois ressaltar o que há de negativo apenas inibe, oprime, estigmatiza. E, certamente, como a água mole que, em pedra dura, tanto bate até que fura, vai matando, pouco a pouco, o desejo, a alegria e a necessidade de aprender.

Porém, se avaliamos para perceber as dificuldades de nossos alunos e ajudá-los a superá-las, sem expô-los, mas elogiando seus progressos e instigando-os a buscar mais e de forma prazerosa o conhecimento, decerto estaremos fazendo crescer sua autoestima, despertando seu interesse e predispondo-os para a aprendizagem. E então, como a semente que foi lançada em terreno fértil, obteremos frutos preciosos: os alunos ingressarão na escola, nela permanecerão de livre e espontânea vontade, e aprenderão.

A avaliação tem de estar presente em cada momento, no sentido de refletir sobre o trabalho realizado e perceber a necessidade ou não de reorientá-lo. Isso pressupõe o diálogo, ou seja, que não só o professor avalie, mas que também o aluno e, se possível, todos os demais membros da comunidade escolar participem do processo. É fundamental, pois, a autoavaliação de cada um e a avaliação coletiva, que se efetiva num Conselho de Classe no qual o diálogo seja valorizado: todos têm direito a voz e dever de ouvir e refletir sobre cada ponderação, de forma que se tome a decisão mais justa e consensual para o sucesso do trabalho pedagógico, que é responsabilidade de todos.

São funções básicas da avaliação: conhecer os alunos (diagnose), para planejar em cima do real; identificar dificuldades de aprendizagem, para que se possa superá-las; determinar se os objetivos propostos foram ou não atingidos, para que, sendo necessário, se replaneje o processo ensino-aprendizagem; promover os alunos. A reprovação é, pois, uma exceção e representa, na verdade, o insucesso dos envolvidos nesse processo.

UNIDADE 10 – 11/10/2017

Não basta, portanto, dar provas, corrigi-las e dar notas ou conceitos; é muito mais importante observar, não só nas provas e trabalhos, mas principalmente no dia a dia, o desenvolvimento do aluno, dialogando com ele sobre suas dificuldades e seus erros, para que, entendendo como ele está construindo determinado conhecimento, seja possível ajudá-lo nessa construção. É preciso dar destaque à necessidade de variar as situações de aprendizagem, bem como os instrumentos de avaliação. É importante utilizar-se de trabalhos em grupo dentro de sala, inclusive em situações de prova, assim como estimular a pesquisa e a consulta orientadas. Devem a prova, o teste, o trabalho individual, o trabalho em grupo, os exercícios em sala etc. constituir mais um momento de aprendizagem para o aluno, em que o conteúdo pedido é significativo para ele, as questões permitem que demonstre seus conhecimentos e o sentido de ser avaliado torna-se um ato comum não só para o aluno como para o professor. Há vários procedimentos de avaliação: observação, registro (relatório, livro da vida, portfólio etc.), debate, seminários, provas/testes, autoavaliação. Todos podem e devem ser usados, para que possamos ter uma visão bastante detalhada a respeito do desenvolvimento e da aprendizagem de nosso aluno.

Creemos que um bom instrumento de avaliação é o uso de um diário de classe ou caderno onde haja folhas nominais que permitam ao professor ir fazendo anotações ao longo do processo, conforme surjam observações significativas sobre o aluno. Também é fundamental o registro da autoavaliação do aluno.

Se não for assim, as notas ou conceitos não têm significado concreto. Na verdade, como são muitas vezes incoerentes com a vivência diária da sala de aula, e como o aluno não é ouvido, chegam a se constituir em pesadelo, até porque o professor, muitas vezes, quando inquirido, não consegue explicar como chegou àquela conceituação do aluno.

No momento de atribuir notas e conceitos, precisamos ter clareza sobre alguns pontos:

- A frequência, segundo a LDBEN, é apurada separadamente e não pode interferir do desempenho dos alunos: não se pode dar ou tirar pontos na média dos alunos por causa da infrequência.
- Participação, comportamento e habilidades socioemocionais não podem tirar pontos na média dada pelo professor, pois não são quantificáveis.
- Ao atribuir o conceito, deve haver a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (LDBEN, artigo 24, inciso V, alínea “a”, e Deliberação CME nº 19, de 17/03/2009, artigos 2º e 3º).

UNIDADE 10 – 11/10/2017

- Não há prevalência de disciplinas na decisão sobre o conceito a ser atribuído ao aluno, pois todas as disciplinas são igualmente importantes para a formação do ser humano, e a aprovação ou reprovação deve ser uma decisão do coletivo do Conselho de Classe.
- No momento de decidir se um aluno deve ser aprovado ou reprovado, a pergunta que deve ser feita e respondida por cada professor, com muita consciência, é: **esse aluno, por tudo o que demonstrou durante o ano letivo (e aqui o Registro sobre o Aluno é fundamental) e, principalmente, pelas potencialidades que descobri nele, apresenta condições de prosseguir seus estudos no ano de escolaridade seguinte, mesmo apesar de uma média baixa em alguma(s) disciplina(s)? É, de fato, imperioso que repita todo um ano?**

“O processo de avaliação abrange, pois, todas as facetas do ato de educar, entendendo-se por avaliação um processo mais amplo do que a simples aferição de conhecimentos constituídos pelos alunos em um determinado momento de sua trajetória escolar” (Multieducação, pág. 325).

Reafirme-se, porém, que “o papel do professor é fundamental: seduz seu aluno para a conquista do conhecimento, estabelece um diálogo franco, é mediador da construção do conhecimento e assume o compromisso com a aprendizagem, fazendo de sua aula um momento prazeroso e abrindo horizontes na vida de seus alunos” (MATEUS FILHO, Antonio; MATEUS, Sandra, 2000).

E a escola estará cumprindo seu papel, garantindo o direito do aluno ao ingresso, à permanência e à aprendizagem no espaço escolar; formará cidadãos com possibilidades reais de inserção na sociedade e de luta por sua transformação.

**Professor - Assessor da E/SUBE*